

Família, Juventude e Migrações

Marilda A. Menezes ¹

Resumo

A proposta deste artigo é analisar como as migrações dos jovens em famílias camponesas têm uma dupla face, pode expressar uma saída definitiva do meio rural, mas, também, gerar meios para que eles permaneçam em suas localidades. A renda ganha no trabalho assalariado, em atividades agrícolas ou urbanas, tem possibilitado atender às necessidades de consumo de suas famílias (para os solteiros: pais e irmãos; para os casados: esposas e filhos) e é utilizada em pequenos investimentos, como compra de moto, terreno, casa, sítio, animais. Nossa argumentação é que esses investimentos indicam a construção de um projeto de vida de “ficar” em suas localidades. O artigo está estruturado em três partes. Primeiro, analisaremos a migração como uma estratégia intergeracional de reprodução da

¹ Professora Associada IV da Universidade Federal de Campina Grande e Pesquisadora do CNPq. Doutora pela University of Manchester (1997), Pós-Doutorado na Yale University (2004-5) no Agrarian Studies Programme (2004-5) e no Depto. de Antropologia da UNICAMP (2011). Pesquisadora do CNPq, menezesmarilda@gmail.com.

família e autonomia dos jovens; segundo, o perfil etário e de escolaridade dos trabalhadores que migram do sertão paraibano para trabalhar nas usinas de cana-de-açúcar de São Paulo e, finalmente, analisaremos alguns dados sobre a renda dos trabalhadores migrantes e as estratégias de ficar em suas localidades.

Palavras-chave: Família camponesa, migrações, juventude rural, usinas de cana-de-açúcar, trabalhadores canavieiros.

Abstract

This article aims to analyze how youth migration in peasant families has two sides; it can be leado to definitive migration, but, it can also generate the resources which allow the young people to stay in their localities. The income earned in rural or urban activities has allowed to provide the family basic needs (for the single: fathers and brothers; for the married workers: wives and brothers/sisters) and is spent in other items such as motobikes, land in the rural and urban areas, a house and animals. We argue that these items are related to a life project of staying in their localities. The article is structured in three parts. First, we will analyze the migration as an inter-generational strategy for the family reproduction and autonomy of young people; second, the age structure and education levels of workers who migrate from Sertão Regions in the State of Paraíba to work in sugar cane mills in the State of São Paulo. Finally, we will analyze some data on income of the migrant workers and their strategies of staying in their localities.

Key words: Peasant Family, Migration, Rural Youth, Sugar cane Mills, sugar cane workers.

Os projetos de vida da juventude rural são construídos através de uma diversidade de experiências de trabalho, migrações, educação e formas de organização política². Nesse artigo, vamos privilegiar as experiências de migrações dos jovens rurais.

A proposta deste texto é analisar como as migrações dos jovens de famílias camponesas têm uma dupla face, podem expressar uma saída definitiva do meio rural, mas, também, gerar meios para que eles permaneçam em suas localidades. A renda ganha no trabalho assalariado em atividades agrícolas ou urbanas tem tanto possibilitado atender às necessidades de consumo de suas famílias (para os solteiros: pais e irmãos; para os casados: esposas e filhos) quanto é utilizada em pequenos investimentos, como compra de moto, terreno, casa, sítio, animais. Nossa argumentação é que esses investimentos indicam a construção de um projeto de vida de “ficar” em suas localidades.

Desenvolveremos a argumentação em três partes. Primeiro, analisaremos a migração como uma estratégia intergeracional de reprodução da família e autonomia dos jovens; segundo, o perfil etário e de escolaridade dos trabalhadores que migram do sertão paraibano para trabalhar nas usinas de cana-de-açúcar de São Paulo; terceiro, a renda dos trabalhadores migrantes e as estratégias de ficar em suas localidades.

Utilizaremos material empírico – questionários, fichas migratórias e entrevistas – produzido em dois Projetos de Pesquisa realizados nas microrregiões do Agreste da Borborema e Sertão de Cajazeiras, estado da Paraíba. O primeiro é o Projeto: “Continuidades e rupturas nas trajetórias de migrantes sob uma perspectiva intergeracional”, realizado no período

² Essas experiências foram objeto do Projeto de “Pesquisa Juventudes rurais no Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais”, desenvolvido no período de 2007 a 2010. Esse projeto envolveu alunos de graduação, mestrado e doutorado sob minha coordenação e tratou de diversos temas. Esse projeto teve como produção 3 Relatórios de Iniciação Científica (Nascimento, 2008; Nóbrega, 2008; Nóbrega, 2009) e 7 dissertações de mestrado (Albuquerque, 2008; Gasparetto, 2009; Mansan, 2008; Marques, 2005; Santos, 2008; Silva, Marcelo, 2006; Silva; Sandra, 2009).

de 2007 a 2008, cuja pesquisa foi realizada no município de Fagundes, região Agreste da Borborema. O segundo é o projeto: “As migrações temporárias de jovens para as usinas de cana-de-açúcar em São Paulo”, realizado no período de 2007 a 2010, cuja pesquisa foi realizada no município de São José de Piranhas, região Sertão de Cajazeiras.

A migração como uma estratégia intergeracional de reprodução da família

Analisamos as trajetórias migratórias de oito famílias, envolvendo três gerações; avós, filhos(as) e netos(as) de agricultores familiares do município de Fagundes, região Agreste da Borborema, estado da Paraíba. As trajetórias foram registradas em um instrumento que denominamos fichas migratórias e realizamos entrevistas semiestruturadas com os pais e jovens em diversas visitas às famílias ao longo do período de 1993 a 2008.

Fagundes localiza-se na microrregião do Agreste da Borborema, no estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. O Agreste é uma região de transição entre a Zona da Mata e o Sertão. “Em certos lugares, ele é bem característico em seus aspectos, mas, em outros, pode ser confundido com a Zona da Mata em seus trechos mais úmidos e com o Sertão nos mais secos” (Andrade, 1980:31). A atividade econômica principal de Fagundes é agricultura e pecuária. O algodão, que foi a principal cultura comercial, caiu de 1.160 hectares em 1970 para 7 em 1985 e no ano 2000, tinha apenas 20 hectares, praticamente desaparecendo da paisagem agrícola. Esse declínio na cultura do algodão influenciou, significativamente, a sobrevivência dos camponeses, tornando-os mais dependentes do trabalho assalariado.

Desde princípios do século XX, os camponeses do Agreste Paraibano têm migrado para as usinas de cana-de-açúcar do estado de Pernambuco, para trabalharem no corte de cana. Essa é a clássica migração sazonal entre as regiões do Agreste e da Zona da Mata, bem relatada por Andrade (1980:152). Nas décadas de 50, 60 e 70, o movimento migratório mais recorrente do Agreste Paraibano era para as metrópoles do Sudeste brasileiro, principalmente, Rio de Janeiro. Alguns

migrantes se fixaram nos locais de destino e outros mantiveram as raízes na terra natal, retornando várias vezes. Seleccionamos aqui o caso de Sr. Alfredo, que nasceu em 1922 (85 anos em 2007) e realizou a primeira migração em 1951 e a trajetória migratória de seu filho, Severino, nascido em 1956 (51 anos em 2007) e o filho de Sr. Severino (neto de Sr. Alfredo), nascido em 1988 (19 anos em 2007).

O pai de Sr. Alfredo tinha 6 hectares de terra, em 1950, a terra foi partilhada e ele herdou 01 hectare. A trajetória migratória do Sr. Alfredo começou em 1944, quando serviu ao exército durante 14 meses. Foi transferido diversas vezes, recebeu instrução e treinamento militar e foi alfabetizado. Depois de “dar baixa” no exército, passou algum tempo procurando emprego na cidade do Recife, onde estava o seu destacamento militar e, após alguns meses de tentativas frustradas, resolveu voltar pra casa e, em 1951, viajou para o Rio de Janeiro, onde morava sua irmã. Essa decisão foi contra a vontade da esposa, com a qual havia se casado há pouco tempo.

No Rio de Janeiro, trabalhou durante 01 ano. Nos anos seguintes, viajou, ainda, quatro vezes, em 1957, 1961, 1968 e 1979, com a permanência de menos de 01 ano. Quando parou de viajar para o Rio de Janeiro, em 1980, seus filhos e filhas já haviam começado as suas próprias trajetórias migratórias. Suas filhas já estavam morando no Rio, algumas casadas e outras solteiras, todas trabalhando de empregadas domésticas em “casas de família”. Sr. Alfredo ainda realizou migração temporária para trabalhar no corte da cana em Pernambuco, em 1984 e em 1985. Durante o período em que viajava para o Rio de Janeiro, o Sr. Alfredo conseguiu economizar e comprou mais dois hectares de terra e construir uma casa:

A primeira filha foi em 1970, ao que foi seguida ao longo dos anos pelos seus irmãos.

Uma dessas histórias é a do Sr. Severino, filho do Sr. Alfredo, que, desde criança, trabalhava no roçado, ajudando a mãe no período em que o pai estava trabalhando no Rio de Janeiro. Ele mesmo viajou, pela primeira vez, para o Rio de Janeiro, aos 18 anos de idade, em fevereiro de 1975. Trabalhou, durante dois anos, como empregado na construção civil e ficou na casa dos irmãos que lá moravam. Retornou para casar em 1977, ficando apenas 17 dias. Sua esposa nunca viajou ao Rio de Janeiro e morou toda a sua vida de casada no sítio de seu sogro, Sr. Alfredo.

Sobre a sua primeira viagem, Sr. Severino nos narra que “foi no pé dos mais véi”. Essa expressão demonstra que a sua migração foi organizada através das redes familiares (Menezes, 2002). Ele viajou quatro vezes para o Rio de Janeiro, sempre trabalhando como pedreiro, profissão que desde jovem aprendeu com o pai.

Severino, diferentemente de seu pai, não conseguiu juntar dinheiro suficiente para compra de terra. Com o dinheiro das viagens conseguiu construir uma casa para sua família no sítio de seu pai. Ele compara o tempo do pai e o seu:

As condições de trabalho no Rio de Janeiro e as possibilidades de compra de terra na Paraíba se alteraram entre o período em que Sr. Alfredo migrou – década de 1950 até início de 1970 e o período que Sr. Severino migrou – meados de 1970 à década de 1980. Como disse o Sr. Alfredo, o “*trabalho já não pagava tão bem*” ou “*o preço da terra subiu muito*”.

Avaliando sobre o Rio de Janeiro, tanto pai quanto o filho não o viam como “*um lugar para morar*”, mas sim “*um lugar onde poderia ganhar dinheiro para mudar de vida em Fagundes*”. O projeto de ambos foi construir as condições para ficar no sítio, Sr. Alfredo comprou terra e Sr. Severino construiu a casa.

O Sr. Severino estudou somente até a 2ª série do ensino fundamental, desistiu devido às dificuldades de acesso à escola, no seu tempo, e porque tinha que trabalhar. Mas sempre incentivou os filhos a estudarem “até terminar o 2º grau pelo menos”, mas, ao mesmo tempo, revela o dilema entre a educação e o trabalho, ao dizer: “*quando dá a idade*”, é hora de ir buscar futuro, já que não há perspectiva de trabalho no local onde vivem.

Atualmente, tem dois filhos no Rio, uma filha que trabalha como diarista e um dos filhos que foi em janeiro de 2008 e trabalha como porteiro. O terceiro filho, Fernando, tem 19 anos e foi um dos entrevistados na etapa da pesquisa realizada no ano de 2008. Fernando cresceu como outro garoto qualquer do sítio onde mora na zona rural de Fagundes: pela manhã, ia para o roçado, onde começou a trabalhar aos 10 anos, às 11h30min voltava pra casa e à tarde ia à escola local do sítio. Gosta do sítio, trabalha na agricultura e pensa em ter uma casinha no sítio.

Ele pensa que o Rio de Janeiro é um lugar onde “dá pra fazer dinheiro, mas pra morar assim é um lugar ruim que só”. Aos 19 anos,

Fernando possui um avô migrante, um pai migrante, tios e irmãos migrantes. Assim, Fernando, seguindo a trajetória de seu pai e avô, pensa em migrar para o Rio de Janeiro para conseguir recursos que viabilizem ficar no sítio como a construção da casa.

Ele parou de estudar na 5ª série do ensino fundamental, como ele nos relatou, desistiu porque não foi com a cara de uma professora: *“ela ficou dizendo que eu num ia passar, que num ia aprovar. Pô! Desisti, desisti”* e ele também *“não era muito interessado não. Gostava muito de gazer (risos)”*.

Embora ele tenha afirmado que seus pais incentivavam bastante a educação dos filhos, seus irmãos só estudaram até a 4ª série e a irmã até a 7ª série. Sobre seus pais ele não sabe dizer até que série o pai estudou e a mãe, segundo ele, só sabe assinar o nome.

Perguntado sobre se gostava de trabalhar na roça, quando tinha 10 anos e ajudava a mãe, ele responde, *“Er... é bom cara. Era muleque (risos). Num tinha o que fazer mesmo. Ia arrancar o feijão (risos)”*.

Na trajetória da família de Sr. Alfredo, observamos a reprodução nas três gerações da condição de acesso precário à terra, da estratégia da migração como uma alternativa de reprodução da unidade de produção familiar, a baixa escolaridade, a transmissão intergeracional de um modo de vida: trabalho agrícola, a reciprocidade familiar: filho e neto que se dedicam às atividades agrícolas e cuidado dos animais e a renda da aposentadoria de Sr. Alfredo é compartilhada na família.

As migrações da família de Sr. Alfredo ocorreram entre as décadas de 1950 e 2010, que representam períodos diferenciados tanto em relação às condições de reprodução social como agricultores no estado da Paraíba, quanto como trabalhadores migrantes na cidade do Rio de Janeiro. Nas décadas de 50, 60, e 70, o movimento migratório mais recorrente do Agreste Paraibano era para as metrópoles do Sudeste brasileiro, principalmente Rio de Janeiro. Alguns migrantes se fixaram nos locais de destino e outros mantiveram as raízes na terra natal, retornando várias vezes. Entre os que migraram nas décadas de 60 e 70, o emprego na indústria era o grande sonho, pois significava a possibilidade de adquirir uma profissão, bem como o acesso aos benefícios sociais. Sendo originários de atividades agrícolas e tendo baixos níveis de escolaridade, a construção civil foi, via de regra, a primeira atividade para os camponeses – trabalhadores migrantes. Além das oportunidades de emprego e profissionalização, havia, ainda, uma relativa facilidade de adquirir um

terreno e construir a casa própria, viabilizando, assim, a permanência na cidade (Menezes, 1985). Os grupos que começaram a migrar na década de 1970 tiveram menores possibilidades, do que os das décadas de 1950 e 1960, de fixação nas metrópoles da região Sudeste, ou de ter alguma poupança para investir em seus locais de origem, o que contribuiu para intensificar as migrações temporárias e a chamada “migração de retorno”. (Menezes, 1985; Amaral; Nogueira, 1993).

Enquanto as condições de trabalho e moradia se deterioraram na Região Sudeste do Brasil, desde a década de 70, há uma maior demanda de trabalho sazonal na plantation açucareira no estado de Pernambuco. Além disto, o trabalho no corte de cana passou a ser uma alternativa concorrente aos empregos urbanos no Rio de Janeiro ou São Paulo, após a implementação do contrato formal de trabalho, que garante, aos canavieiros, os mesmos direitos trabalhistas que os trabalhadores urbanos, como férias, 13º salário, fundo de garantia por tempo de serviço. No entanto, as duas alternativas, a plantation açucareira ou os empregos urbanos continuam a serem plausíveis para indivíduos e famílias, e a decisão por uma ou outra alternativa dependerá das condições de trabalho e moradia dos vários espaços, aos quais os camponeses-trabalhadores migrantes pertencem, bem como do ciclo de vida, sexo, avaliações e percepções dos migrantes quanto às condições de trabalho, direitos trabalhistas e moradia (Silva, 1992:167; Menezes, 2002).

Se, nas décadas de 50 e 60, a reprodução da condição camponesa poderia ser garantida através da migração de parte dos membros da unidade familiar, desde meados da década de 70, notam-se diferenças significativas nas condições de reprodução social dos camponeses-trabalhadores migrantes. Para aqueles que começaram a migrar na década de 70, a possibilidade de comprar terra com economias enviadas ou trazidas pelos migrantes tem-se tornado mais remota. Apesar de ser rara a possibilidade de construir uma base de capital, através da aquisição de terra, insumos e equipamentos, há um grupo significativo de migrantes que orientam sua vida no sentido de permanecerem na terra natal, adquirindo ou construindo uma casa.

O estudo realizado por Garcia (1989:14) na região do Brejo Paraibano identifica que a aquisição da casa própria é um passo essencial na emancipação dos moradores. A compra de terra ou casa tem um significado material e simbólico na trajetória social de camponeses das

Regiões do Agreste, Brejo e Sertão do estado da Paraíba. Veremos, posteriormente, como o investimento na casa, também, é recorrente entre os trabalhadores migrantes do Sertão Paraibano que trabalham em usinas do estado de São Paulo.

Trabalhadores Migrantes em usinas de cana-de-açúcar: idade e escolaridade

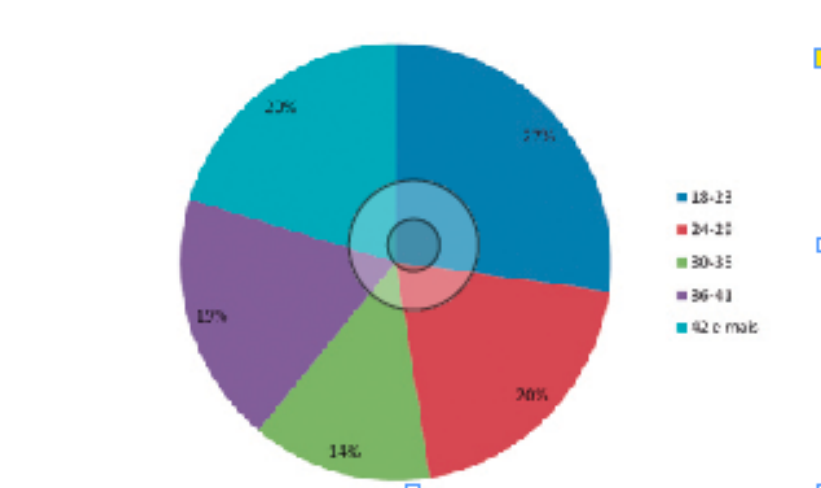
Se o jovem Fernando, de 19 anos, provavelmente, seguirá a trajetória migratória de seu pai, Sr. Severino e avô, Sr. Alfredo, e migrará para o Rio de Janeiro, há, também, outras rotas migratórias e outras atividades laborais que empregam trabalhadores de áreas rurais do estado da Paraíba. A partir da década de 1990, o trabalho no corte de cana, principalmente em usinas do estado de São Paulo, passou a ser uma alternativa de emprego efetiva para milhares de homens, principalmente jovens, com pouca escolaridade de pequenos municípios da região Nordeste do Brasil. Assim, a reestruturação do setor sucroalcooleiro no interior paulista, que vinha se consolidando desde a década de setenta, contribuiu para um redirecionamento das correntes migratórias do estado da Paraíba. Além da clássica migração para regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e das migrações sazonais da região do Agreste e Brejo Paraibano para as usinas da Zona da Mata na Paraíba e no estado de Pernambuco, as migrações temporárias de jovens rurais do Sertão Paraibano para a região canavieira de São Paulo começam a ter visibilidade e ganhar importância desde meados da década de 1990. Eles têm um contrato de trabalho temporário referente ao período de safra da cana-de-açúcar, em geral entre abril e dezembro, moram em alojamentos, pensões improvisadas e cortiços localizados na periferia dos municípios da região canavieira de São Paulo. A seleção e arregimentação são realizadas por uma rede de agentes – arregimentadores, empreiteiros e turmeiros – que atuam de forma conectada para viabilizar as diversas fases de seleção e contratação dos trabalhadores migrantes. Os mecanismos de controle começam a se fazer presentes já no momento da classificação e seleção dos corpos aptos e inaptos, isto é, dos que podem e

dos que não podem cortar cana-de-açúcar. Neste sentido, ganha relevo a estratégia das usinas que cada vez mais se têm utilizado de arregimentadores dos locais de moradia dos migrantes para realizarem uma espécie de “primeira triagem” dos trabalhadores.

Nos municípios de origem, os trabalhadores são recrutados através das redes de parentesco e vizinhança pelos arregimentadores locais. O município estudado, São José de Piranhas, na microrregião do Sertão Paraibano, possui, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), população de 17 876 habitantes, sendo 54,63% na zona rural e 45,37% na zona urbana, e 20,5% da população estava na faixa etária dos 14 aos 24 anos. A partir de levantamentos do número de turmas de trabalhadores organizadores por arregimentadores, estimamos que, na safra de 2008, cerca de 1000 trabalhadores foram recrutados no município para trabalharem nas usinas de São Paulo.

Quanto ao perfil dos trabalhadores, embora a idade não seja um critério explícito na seleção, a grande maioria dos contratados é de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, conforme Gráfico 1:

Gráfico 1



Fonte: 59 questionários aplicados com migrantes no período da entressafra – fevereiro de 2010 no município de São José de Piranhas.

Como os dados mostram, 47% dos trabalhadores têm entre 18 e 29 anos, 14% têm entre 30 e 35 anos, 36% entre 36 e 41 anos e 20% 40 anos e mais. Em 2008, aplicamos 194 questionários no mesmo município e identificamos que 62,04% dos trabalhadores migrantes tinham entre 18 e 29 anos. Dados similares são constatados por Carneiro et al. (2007), para os migrantes do Maranhão, 66,5% têm idade de 15 a 29 anos. Novaes (2007) também identifica que 64,2% são de trabalhadores jovens. Trata-se, pois, de um número significativo de jovens que geram sonhos e constroem possibilidades a partir do trabalho nas usinas de cana-de-açúcar.

Os trabalhadores geralmente migram para o corte de cana em São Paulo entre o mês de abril e maio, quando começa a safra, retornando em dezembro, passando em média 09 meses no trabalho no corte de cana. Como o período da safra do corte de cana não é compatível com o calendário escolar, os jovens que estão frequentando escola são obrigados a interromperem os estudos devido a necessidade de trabalho. O Gráfico 2 mostra o nível de escolaridade dos trabalhadores entrevistados.

Gráfico 2



Fonte: 59 questionários aplicados com migrantes no período da entressafra, em fevereiro de 2010, no município de São José de Piranhas.

Os trabalhadores migrantes são de baixa escolaridade, sendo que 63,7% não concluíram a primeira fase do ensino fundamental. Segundo dados coletados em 2008, através de 194 questionários aplicados em São José de Piranhas, 56,15% dos entrevistados não concluíram nem a primeira fase do ensino fundamental, 15,51% concluíram a primeira fase do ensino fundamental. Uma pequena minoria, 3,21%, tem o ensino médio concluído.

Um jovem de idade 23 anos, morador do município de São José de Piranhas, relatou que migrou para o corte de cana durante três anos consecutivos, deixando de estudar, o pai foi cortador de cana durante 13 anos e sua mãe professora do município. Sua mãe desejava que ele não migrasse para o corte de cana, mas que tivesse se dedicado aos estudos, no entanto, ele seguiu uma trajetória similar a uma parcela significativa de jovens do município. Ele diz: “Tenho sonho de entrar na universidade e ser advogado”.

Os jovens são conhecedores das dificuldades de obter emprego com a escolaridade baixa e o trabalho de corte de cana, além de não exigir nível de escolaridade, é uma opção de trabalho com admissão praticamente certa. O pouco capital cultural adquirido não lhes facilita a conquista dos escassos empregos no próprio local, visto que “tudo agora é concurso”, nem, também, o acesso ao emprego urbano nas metrópoles do Sudeste. Mas, o *habitus* no qual foram socializados, isto é, o trabalho agrícola, os predispõe para os tipos de atividades requeridas pela agricultura canavieira, que exige habilidade em força física. Um deles nos respondeu que “a cana é negócio certo e os outros serviços o cara tem que procurar. Aqui já viaja tudo acertado”. A certeza de admissão proporcionada pelos arregimentadores locais e pelos contatos com turmeiros e empreiteiros das usinas em São Paulo se associa a um universo de possibilidades de autonomia através do trabalho nos canaviais e se configura como um parâmetro muito forte na hora de optar pela estratégia de migrar.

Nos pequenos municípios, as oportunidades de emprego são restritas, resumindo-se a serviço público e pequeno comércio. Assim, enfrentam o dilema de continuar os estudos ou migrarem em busca de trabalho. Os dados nos confirmam que a necessidade de migrar em geral leva à interrupção dos estudos. Essa constatação também é encontrada em pesquisas em outros estados do Brasil. Stropasolas (2006) e Marques

(2006) identificam que há, por parte dos rapazes, uma menor disponibilidade para o estudo, o que não significa que eles não desejam estudar, mas que a frequência à escola confronta-se com a necessidade de ter um trabalho para prover suas necessidades, de modo a conquistar autonomia em relação aos pais. Em algumas entrevistas que fizemos, pudemos escutar dos rapazes a expressão “não tenho cabeça para o estudo não” e “meu negócio é trabalhar”. Não ter cabeça, no sentido atribuído pelos jovens, refere-se à falta de paciência e estímulo para manter-se na escola por nove ou mais anos estudando disciplinas difíceis, muitas vezes desconectadas do seu contexto e nem sempre resultando em uma qualificação que lhes permita adquirir os recursos necessários ao seu sustento. Não significa, contudo, que eles não reconheçam que o estudo seja uma possibilidade de realizar os seus projetos de vida, de conseguir um bom emprego, inclusive com melhores salários e condições de trabalho menos insalubres. Mas boa parte dos jovens com quem conversamos ou entrevistamos consideram que o estudo é um investimento para muitos anos e as necessidades não esperam. O trabalho assalariado entre jovens rurais lhes permite o acesso a bens de consumo, bem como de pequenos investimentos, como veremos na parte seguinte.

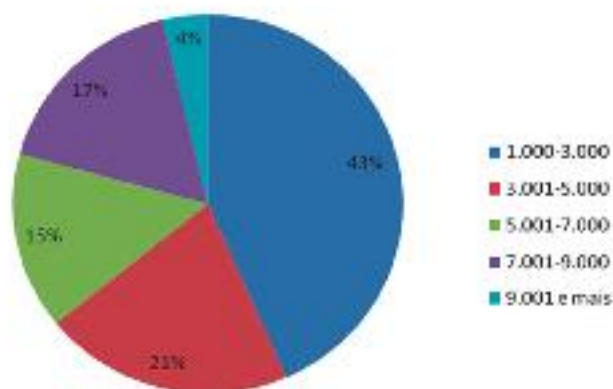
A renda dos trabalhadores migrantes e as estratégias de ficar em suas localidades

O esforço para poupar uma parte do salário a cada mês é recorrente entre a maioria dos trabalhadores. Além do dinheiro que se envia para os familiares no local de origem, mensalmente ou esporadicamente, os migrantes recebem, ao final da safra, as verbas rescisórias referentes ao contrato de trabalho: fundo de Garantia proporcional, férias e 13º salário proporcional etc. O montante recebido via rescisão está relacionado não apenas ao tempo de trabalho, mas também à produtividade do trabalhador, pois os cálculos são feitos sempre a partir dos vencimentos efetivamente recebidos. Os migrantes geralmente tecem planos a respeito do que farão com os recursos da rescisão, por eles denominada de “acerto”. Esse recurso é acoplado ao

dinheiro que se consegue poupar durante a safra; para os solteiros, existe a probabilidade de uma “poupança” maior do que a dos casados, pois eles precisam enviar uma parte do salário mensal para a família que ficou nas suas localidades de origem. O valor que enviam, em geral, é o saldo que sobra após os pagamentos das suas despesas como alimentação, aluguel, água e luz, para os casos em que a usina não fornece moradia e divertimentos. Assim, para os trabalhadores-migrantes casados, o dinheiro da rescisão de contrato ao final da safra é, muitas vezes, o único que se conseguirá “levar” para casa. O Gráfico 3: quanto conseguem trazer para suas localidades ao final da safra, ou seja, em novembro ou dezembro.

Gráfico 3

**QUANTO CONSEGUE TRAZER DE
DINHEIRO PARA PB**



Fonte: 59 questionários aplicados com migrantes no período da entressafra, em fevereiro de 2010, no município de São José de Piranhas.

Uma parte significativa dos trabalhadores migrantes, ou seja, 43%, só consegue trazer uma quantia entre R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00. Os casos que conseguem trazer somas maiores de dinheiro, acima de R\$ 9.000,00,

representavam apenas 4% dos trabalhadores. Dos homens casados que migram, 56% responderam que mandam para a família, em média, por mês, R\$ 100,00 a R\$ 300,00 para suprir necessidades com alimentação, vestuário, pagamento de dívidas e, em alguns casos, pagam trabalhadores no local de origem para ajudar as mulheres e filhos no trabalho do roçado. Em relação à frequência de envio de dinheiro para a família, 84% dos homens casados responderam que enviam todo mês.

Considerando que a maior parte dos entrevistados na faixa etária dos 17 aos 23 anos é constituída por trabalhadores-migrantes solteiros e que o número de casados passa a ser preponderante entre os trabalhadores-migrantes acima dos 24 anos, podemos dizer que, enquanto o envio de remessas financeiras para os familiares nos locais de destino é uma norma para os casados, o mesmo não se constitui enquanto obrigação para os solteiros, isto é, eles até podem ajudar os pais e irmãos, especialmente quando os mesmos passam por alguma necessidade, como problemas de saúde, no entanto, eles não são obrigados a realizarem tal envio de forma regular.

Passaremos, agora, a mostrar alguns gráficos que evidenciam em que é utilizada a renda acumulada ao final da safra por faixas de idade. O Gráfico 4 mostra os usos da renda na faixa etária de 18 a 23 anos, e o Gráfico 5, na faixa etária de 24 a 29 anos:

Gráfico 4

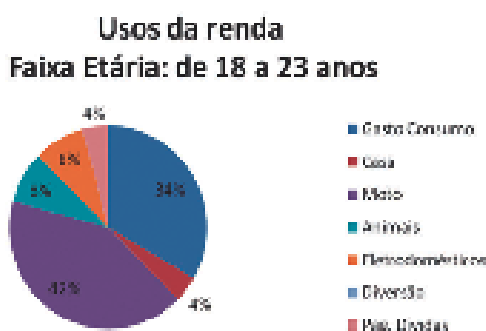
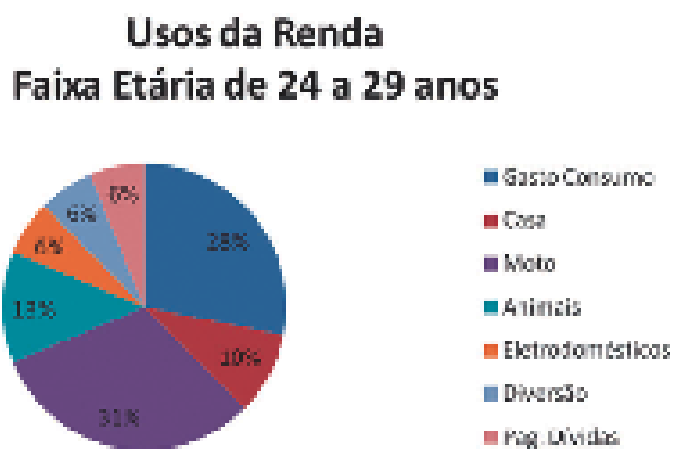


Gráfico 5



Na faixa etária entre 18-23, constatamos uma porcentagem maior para gastos com consumo e compra de moto. Dos entrevistados, 42% compram moto e 34% gastam com consumo. Na faixa de idade de 24 a 29 anos, conforme mostra o gráfico 5, observamos uma diminuição nos gastos com consumo e moto e um aumento dos gastos com compra de casa, animais, eletrodomésticos e pagamento de dívidas, itens que atendem às necessidades da família.

Gráfico 6

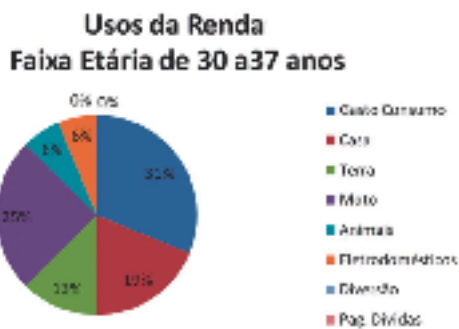
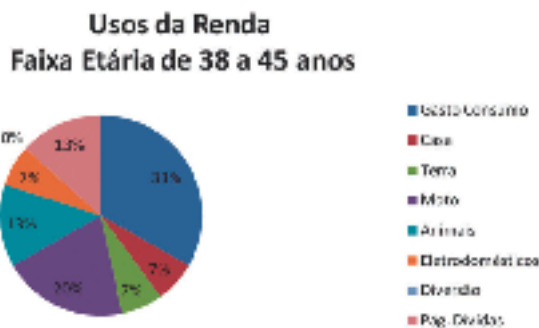


Gráfico 7



Conforme mostram os gráficos 6 e 7, na faixa etária entre 30 e 37 anos, observamos que aumenta significativamente o investimento em casa e aparece o investimento em terra. Na faixa etária entre 38 a 45 anos, também há investimentos na casa e na compra de terra.

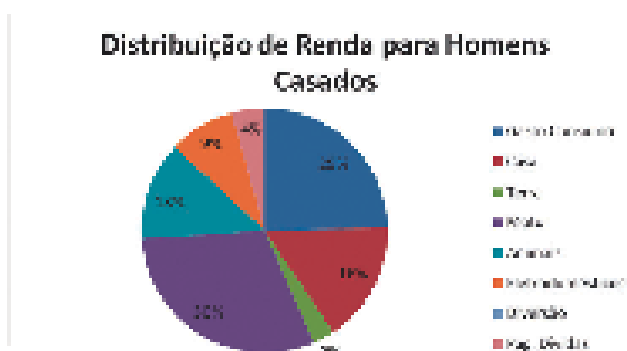
No gráfico 8 e 9, podemos visualizar a diferença da distribuição de

renda conforme o estado civil dos entrevistados.

Gráfico 8



Gráfico 9



Entre os trabalhadores-migrantes solteiros, é comum o envio de dinheiro referente a algum “negócio” no local de origem. Nessa situação, os pais atuam como mediadores, muitas vezes informando ao filho a existência de algum terreno, casa, cabeça de gado, que esteja à venda. Tal informação vem acompanhada, geralmente, de conselhos indicando que se trata “de um bom negócio”. Uma vez aceita, a proposta de “negócio”,

o filho efetua o pagamento via remessa financeira, que pode ser feita de uma única vez ou em prestações, dependendo do acordo efetuado entre o pai e o dono do objeto que está sendo negociado. Esta transação também costuma ser realizada por trabalhadores casados, quando o intermediário passa a ser a esposa ou algum irmão que está no local de origem.

Algumas ideias conclusivas

Este artigo se fundamentou em trajetórias migratórias intergeracionais de uma família, envolvendo avô, filho e neto da microrregião Agreste da Borborema, estado da Paraíba. Com essa trajetória, percorremos experiências de migrações que ocorreram a partir do ano de 1950 até o ano 2008, quando o neto foi entrevistado. Ao mesmo tempo, utilizamos dados sobre trabalhadores migrantes da microrregião do Sertão de Cajazeiras, os quais são, na sua maioria, jovens de 18 a 30 anos de idade. A partir desse breve exercício de trajetórias migratórias diferenciadas, esboçamos algumas ideias para reflexão. Primeiro, a migração de jovens se constitui como uma estratégia de reprodução histórica das famílias camponesas. Além dos motivos econômicos, de precariedade das condições de reprodução na agricultura e dificuldades de acesso à renda, entendemos que se confirma a ideia de que a migração é um ritual de passagem na vida dos jovens em direção à construção da autonomia, como bem explica Woortmann (1990), bem como é uma experiência transmitida entre gerações, ou seja, de pai para filho, de avô para neto da experiência da migração (Menezes, 2002).

Segundo, há diversidade de trajetórias, os jovens que migram e se fixam nos locais de destinos, os que retornam e os que migram em um período da vida, em geral se casam, mas as mulheres não migram e se fixam nas localidades rurais, tal é o caso do Sr. Severino, filho de Sr. Alfredo. Essas diferentes trajetórias migratórias podem ser observadas em uma mesma família.

Terceiro, a renda ganha em atividades de trabalho assalariado urbanas e rurais se destina tanto ao consumo quanto a investimentos que indicam um projeto de ficar na localidade. Se nas décadas de 1950 a 1970

havia maior probabilidade de se adquirir terra, como é o caso da trajetória migratória de Sr. Alfredo, analisado aqui, o investimento na compra ou reforma da casa tem sido constante ao longo do período analisado, ou seja, entre os que migraram entre as décadas de 1950 até o presente momento. A renda acumulada ao final da safra e trazida pelos migrantes solteiros para suas localidades de origem é principalmente utilizada com itens de consumo, como roupas e divertimento, e com a compra de moto. No entanto, observamos que alguns também investem em terra.

A migração de jovens trabalhadores de áreas rurais do Sertão Paraibano para trabalharem em usinas de cana-de-açúcar do estado de São Paulo reafirma a tese defendida por muitos autores e por pesquisas realizadas anteriormente (1885, 2002)³ de que o trabalho assalariado fora das localidades rurais possibilita aos jovens atender suas necessidades de consumo e, também, conquistar autonomia. Já para os casados, os gastos com consumo e moto são menores do que os dos solteiros e o investimento na casa assume uma proporção significativa, com aplicação de 16% da renda trazida do trabalho nas usinas. Os dados sobre construção ou reforma da casa, compra de terra e aquisição de animais são indícios de um projeto de vida de “ficar” no local. Como apontam os estudos de Garcia Jr. (1989) e Menezes (1985; 2002), a aquisição ou reforma da casa é um símbolo importante da estratégia dos migrantes em ficar nas suas localidades de origem.

Se a migração é um dos canais ou elos que articula a pobre economia dos pequenos municípios da região Nordeste do Brasil a um dos setores mais modernos da economia brasileira, isto é, o setor canavieiro, e isso tem permitido a permanência do grupo familiar nos pequenos municípios, pois se migra para poder ficar, por outro lado, não podemos secundarizar o fato de que a renda obtida mediante o trabalho na agricultura canavieira em São Paulo é produzida em um processo de alta exploração da força de trabalho.

³ No contexto da pesquisa realizada por Garcia Jr. (1990), no Brejo Paraibano, na década de 1970 e 1980, e Menezes (1985), na microrregião do Sertão de Cajazeiras, na década de 1980, a construção da casa também representaria uma passagem da condição de sujeito, pelo fato de o morador estar submetido ao controle pessoal e autoritário dos proprietários, para a condição de liberto, onde o camponês, tendo sua própria casa ou terra, estaria fora dos mandos e desmandos dos patrões.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, M. N. R. 2008. *Por entre os muros: interações sociais de jovens rurais na escola*. Dissertação de Mestrado, PGCS/UFCG.
- AMARAL, A. E. P. e Nogueira, R. A. M. 1993. *A volta da Asa Branca: um estudo sobre a migração de retorno a Pernambuco*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
- _____. ANDRADE, M. C. 1980. *A terra e o homem no Nordeste*. 4ª. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- _____. BOURDIEU, P. 1983. A Juventude é apenas uma palavra. In: Bourdieu, P. *Questões de Sociologia*. RJ: Ed. Marco Zero Ltda. p.112-121.
- BOURDIEU, P. 1984. *Questions de sociologie*. Paris. Éditions de Minuit.
- _____. 1987. Condição de classe e posição de classe. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. Ed. Perspectiva, S. Paulo, pp. 3-26.
- _____. 1987. Reprodução Cultural e Reprodução Social. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. Ed. Perspectiva, S. Paulo, pp. 295-336.
- _____. 1999. A ordem das coisas. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 3ª ed. pp. 81-101.
- _____. 2001. Futuro de classe e causalidade do provável. In: NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ. Vozes, 3ª ed.
- _____. 1999. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 3ª ed. pp. 693-713.
- CARNEIRO, M. S. et al. 2007. Migração, estrutura agrária e redes sociais. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Orgs.) *Migrantes, trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, Ed. UFSCAR.

Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 16, volume 23 (1): 2012

CARNEIRO, M. J. e CASTRO, E.G.2007. *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: MauadX.

_____. CARNEIRO, M. J. 2005. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W. e P. P. M. Branco. *Retratos da juventude Brasileira*, pp. 243-262.

CASTRO, E.G. 2005. *Entre Ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado, RJ, PPGAS/UFRJ.

DURSTON, J. 1998. *Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual*. Santiago do Chile, CEPAL. (Políticas Sociales, 28)

GARCIA, A. R. 1989. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Marco Zero, Ed. UnB e CNPq.

GASPARETO, S. K. 2009. *As jovens do movimento de mulheres camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida*. Dissertação de Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal de Campina Grande.

GODOI, Emília Pietrafesa de. 1999. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: UNICAMP.

GODOI, Emília Pietrafesa de. 2000. Terra, territórios e mudança social entre populações rurais. Trabalho apresentado no SIMPÓSIO: NOVAS ABORDAGENS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES RURAIS - DO X CONGRESSO MUNDIAL IRSA, Rio de Janeiro.

MANSAN, P. R. A. 2008. *A construção identitária da juventude nos movimentos sociais da via campesina Brasil*. Dissertação de Mestrado, PPGCS/UFCG.

MARQUES, F. R. S. 2005. *Juventude Rural e Assentamento de Reforma Agrária: Trajetória e Experiências Coletivas*. Dissertação. PPGCS/ UFCG.

MARQUES, F. R. S.; MALAGODI, E. A. e MENEZES, M. A. 2006. Juventude em assentamentos de reforma agrária: trajetórias e experiências coletivas. Trabalho apresentado no SEMINÁRIO JUVENTUDE RURAL, 2 a 4 de maio de 2006, CPDA/UFRRJ/NEAD.

- MENEZES, M. A. 2002. *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes*. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB.
- _____. MENEZES, M. A. 2002. Memória de infância de homens e mulheres camponeses. Trajetos. *Rev. Pós-Graduação em História Social*, UFC, v.2, n.3, pp.185 -207.
- MENEZES, M. A. 1985. *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. Tese de Mestrado. Campina Grande, UFPB.
- MURRAY, C. 1981. Families divided. The impact of migrant labour in Lesotho. *African Studies series 29*. Johannesburg: Ravan Press.
- NÓBREGA, J. A. S. 2008. *As estratégias de autonomia da juventude em assentamentos rurais: família e gênero*. Relatório de Iniciação Científica.
- NOGUEIRA, V.S. 2010. *Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa*. Tese de Doutorado. Campinas. UNICAMP-PPAS.
- NOVAES, J. R. 2007. *Jovens migrantes canavieiros: entre a enxada e o facão*. Relatório de pesquisa.
- NOVAES, J. R. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais. Um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: J. R. Novaes e F. Alves (Orgs.). 2007. *Migrantes. Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, Ed. UFSCAR.
- SANTOS, E. L. 2008. *Juventude sem terra: o cotidiano formador e o processo de identificação com o MST*. Dissertação de Mestrado, UFCG/PPGCS.
- _____. SILVA, M. A. M. 1992. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: ANAIS VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Vol. 3. ABEP, pp.161-77.
- SILVA, M. S. e MENEZES, M. 2006. A. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e as identidades da juventude rural. Trabalho apresentado no SEMINÁRIO JUVENTUDE RURAL. 2 a 4 de maio, CPDA/UFRRJ/NEAD.

Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 16, volume 23 (1): 2012

SILVA, S. R. A. 2009. *A Juventude na Sulanca: os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande.

SILVA, M. S. 2006. *Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: Migrações e as identidades da juventude rural*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba.

STROPASOLAS, V. L. 2006. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis, Ed. Da UFSC.

WANDERLEY, M. N. W. 2006. *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Relatório de Pesquisa, UFRPE/CNPq.

WEISHEIMER, N. 2004. *Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/R.S.* Porto Alegre, UFRS, Dis. Mestrado.

_____.WOORTMANN, K. 1990. Migração, família e campesinato. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, pp. 35-53.

Recebido em março de 2012

Aprovado para publicação em setembro de 2012